



**ATA DA 3ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA – ANO 2016. -----**

No dia 05 de agosto de 2016, às 10:20 h, na sala de reuniões, reuniu-se o egrégio Conselho Superior, registrando-se as presenças dos excelentíssimos senhores conselheiros: Christiane Neves Procópio Malard, defensora pública geral e presidente do CSDP, Wagner Geraldo Ramalho Lima, subdefensor público-geral, Ricardo Sales Cordeiro, corregedor-geral, Galeno Gomes Siqueira, secretário do CSDP, Thiago Dutra Vaz de Souza, Fernando Campelo Martelleto, Érika Almeida Gomes, Fernando Orlan Pires Resende, Marco Túlio Frutuoso Xavier e Eduardo Cyrino Generoso, presidente da Adep.-----

Havendo *quorum* regimental, a Dra. Christiane declarou aberta a 3ª sessão extraordinária de 2016, iniciando pelo item 1, da pauta, informes da Defensoria Pública Geral. Antes, porém, falou da alegria em retornar à presidência do colegiado; falou da importância do Conselho Superior, da necessidade de união de todos em um momento delicado como o vivido atualmente e que exigirá ainda mais de nós; mencionou a importância de caminharmos cada vez mais de forma alinhada, estruturada e articulada; disse que espera contar com os membros do Conselho nesta empreitada e que espera contar com a dedicação e a contribuição de todos.-----

Também informou aos conselheiros sobre o convite formulado ao conselheiro Galeno para continuar à frente da secretaria do conselho, pela experiência, dedicação, o que foi aceito por este.-----

O conselheiro Fernando Martelleto justificou a sua ausência na cerimônia de posse da dra. Christiane, já que se encontrava de férias e com viagem marcada; pediu desculpas pela ausência; cumprimentou a dra. Christiane pela eleição e pela nomeação, parabenizando-a e desejando boa sorte; disse que transposto o período das eleições, cujo resultado foi a expressão da maioria da classe, que a dra. Christiane, no Conselho Superior, terá nele, um fiel e leal companheiro nos trabalhos, e que o que todos nós sempre buscamos em última instância é o bem da Defensoria Pública, dos servidores, dos defensores, dos assistidos; disse que estará sempre junto nesta caminhada; deu os cumprimentos de feliz mandato, com muito empenho, e se Deus quiser teremos muitos êxitos e bons resultados e que os resultados são para todos; falou que o Conselho Superior é sempre um companheiro.-----

A dra. Christiane agradeceu as palavras a ela dirigidas pelo conselheiro Fernando Martelleto; disse que a união de esforços será muito importante para a Defensoria; que a contribuição de cada membro será essencial neste momento.-----

1

THIAGO DUTRA VAZ DE SOUZA  
Defensor Público  
MADEP nº 0706



Em seguida, a dra. Christiane passou aos informes da Defensoria Geral.-----

"Na sexta-feira, dia 05 de agosto, durante a 3ª sessão extraordinária de 2016, a defensora pública-geral, dra. Christiane Neves Procópio Malard, comunicou aos demais conselheiros e defensores públicos presentes os informes da Defensoria-Geral. Forneceu um panorama do trabalho de articulação política realizado em Brasília, em conjunto com o Condege, Anadep, Adep-MG e associações de classe de defensorias de outros estados, em relação à votação do PLP nº 257/16 e da PEC nº 241/16. A Defensora-Geral explicou as medidas de contorno adotadas e que, embora ainda esteja sendo aguardada redação final do texto, houve alteração positiva do cenário, com a retirada do percentual de 0,7% previsto originariamente no projeto, e da rubrica de pessoal das verbas indenizatórias e de auxílios. Christiane Malard informou que irá à Brasília no início da próxima semana dar continuidade à articulação e acompanhamento da tramitação do PLP e, ainda, nesse sentido, reiterou a importância do alinhamento e união das defensorias e associações de classe.

- Falou sobre o parecer do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCE-MG), que reforça o reconhecimento da **autonomia** constitucional administrativa e financeira **da Defensoria Pública, à qual não se aplicam as vedações do art. 22, e medidas previstas no art. 23, ambos da Lei de Responsabilidade Fiscal, na hipótese de o Poder Executivo exceder seu próprio limite de gastos com o pessoal (prudencial ou total). **Informou sobre reunião realizada com o** secretário de Estado de Casa Civil e Relações Institucionais, Marco Antônio Rezende Teixeira, ocasião em que, acompanhada pelo subdefensor público-geral, Wagner Geraldo Ramalho Lima, comunicou sobre o parecer do TCE com o secretário e iniciou as tratativas para o orçamento de 2017 da Instituição. Sobre a elaboração do orçamento, a Defensoria-Geral está consolidando os dados fornecidos pelas coordenações regionais e adequando a inclusão de modelo de estagiários de pós-graduação para apoio aos defensores públicos. Sobre a data-base, reforçou seu comprometimento de levar ao Governo o cálculo, que integrará a proposta orçamentária, e que empreenderá todos os esforços no sentido de uma negociação positiva. Reiterou sua abertura ao diálogo e a importância de esforços conjugados, entre a Defensoria-Geral, Conselho Superior e a Associação de Classe. Informou que, a partir**



da reunião com o secretário de Casa Civil, a Defensoria-Geral está elaborando estudos internos, que serão levados para debate no CS, decorrentes da possibilidade de execução integral do orçamento previsto na LOA (Lei orçamentária anual) para a Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais. Solicitou ao Conselho Superior a aprovação da lista de antiguidade, considerando haver um cronograma positivo de ações internas a serem executadas. Sobre a elaboração do Planejamento Estratégico, relatou ter sido entrevistada, juntamente, com o subdefensor e informou o propósito de formar comissões, com encaminhamento ao Conselho, para atuações estratégicas da Instituição. Destacou a importância das atuações estratégicas para a diferenciação da Defensoria Pública. Convidou para a leitura da versão digital do Relatório de Gestão – Biênio 2014/2016 disponível no site e na intranet. Informou sobre publicação da Resolução nº 118/2016, que dispõe sobre o controle de acesso às unidades I e II da DPMG, na Capital, mais um passo nas questões de segurança. Convidou para participação nas palestras, que serão promovidas pela CCap: dia 12/08 - curso "Audiências de Custódia – Teoria e Prática", com palestra do advogado criminalista, professor doutor Gustavo Badaró; e "Curatela – A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência e o CPC/2015" ministrada pelo procurador de Justiça do MPMG, professor doutor Nelson Rosenvald. Ambas capacitações serão realizadas no auditório da Unidade I, com gravação para disponibilização posterior na intranet. **Fonte: Ascom/DPMG (05/08/2016).**"-----

O presidente da Adep, Eduardo Generoso, fez considerações sobre o PLP 257, disse que ele tem o propósito de tirar direitos e que isto não tem nada de bom; que 0,7 são insuficientes para as Defensorias; Mencionou sobre as tratativas classistas em Brasília sobre a pauta legislativa.-----

O conselheiro Marco Túlio falou sobre a perspectiva de ficarmos 02 anos sem aumento, o que consta no projeto original.-----

O conselheiro Wagner falou da preocupação com a PEC 241 e deu informações sobre a parte técnica e pensamento da área técnica do governo sobre o assunto.-----

A dra. Christiane falou das promoções; que pretende fazer o máximo possível de promoções; que o conselheiro Wagner está trabalhando; falou da projeção do cronograma; das nomeações e remoções; que quer fazer debate com o Conselho Superior sobre os temas; sobre a proposta orçamentária, disse que está na fase de consolidação de

7

3

THIAGO DUTRA VAZ DE SOUZA  
Defensor Público  
MADEP nº 0706



dados; falou que levará ao governo a reposição das perdas; que certamente constará da proposta orçamentária.-----

O presidente da Adep, Eduardo Generoso, disse que a meta é o subsídio no teto e que não há intuito além da data base.-----

A dra. Christiane disse que no final do ano passado tentou apresentar a negociação cheia; que se tornou impossível, já que veio a questão do limite prudencial; que a única coisa que excepciona o limite prudencial é a data base; que não vê viabilidade de negociação a não ser a viabilidade de recomposição da inflação; que acha que o objetivo é o teto mesmo, que não arreda pé sobre isto; que acha válido o trabalho conjunto com a ADEP e reforçava o pleito.-----

O conselheiro Thiago indagou a dra. Christiane se a questão da data base também contemplava os servidores.-----

A dra. Christiane respondeu que seria só para os defensores; que tudo é possível; que a questão é o impacto. -----

O conselheiro Wagner deu informações sobre a LRF, a CE; que a LDO às vezes é esquecida; mencionou o art. 19; falou da reunião de compatibilização; disse que ressalvada a data base, tudo depende de lei.-----

Eduardo Generoso disse que respeitava o entendimento do conselheiro Wagner; que acha que tem que tentar; que a tendência é nós ficarmos para trás; que temos que forçar a negociação; que a Adep não incomodou, até agora; que o aumento do STF tende a passar e o gatilho é automático; que o mínimo que a gente pode sair da negociação é a data base; não diz que com isto vamos conseguir; mencionou os aumentos concedidos pela união a certas categorias; que a crise é uma incongruência; que não é uma cobrança à DPG ou aos conselheiros; que dentro do sistema de Justiça ficamos para trás; que temos que tentar a renegociação pelo topo; que se tentarmos o mínimo talvez nem ele consigamos.-----

A dra. Christiane disse que irá tentar com base no que a LRF excepciona hoje; que acha que tem que ter um trabalho estratégico da ADEP para incomodar o governo; um trabalho paralelo; falou de reuniões conjuntas para traçar estratégias; disse que não quer vender ilusão ao Conselho e aos defensores; que sabe das dificuldades; que está sendo clara, transparente e objetiva; que está disposta a dialogar; que não tem como trabalhar com negociação fora da LRF; que o compromisso é levar e trabalhar com o máximo de pessoas possível; que a Adep tem que trabalhar com o máximo possível; que de concreto temos: promoções, as nomeações, remoções, um cronograma interno de ações, para continuar trabalhando e não engessar a carreira; que quer dar uma tranquilidade aos colegas; que vamos continuar trabalhando juntos; que quer dar continuidade a outras reuniões; disse que a questão dos núcleos, do planejamento estratégico são muito importantes; que não



podemos desanimar diante desta situação; que o Conselho é fundamental junto aos defensores neste trabalho de convencimento; que o papel dos conselheiros é muito importante; que esta situação não pode gerar abatimento na classe; falou de como a Defensoria de Minas pode estar despontando; deu exemplo da atuação estratégica da DPDH na fazenda Ariadnópolis, na comarca de Campos Gerais; parabenizou o defensor Aylton Magalhães; disse que a atuação foi vista; que é nisso que a gente vai conseguir se diferenciar no nosso papel; que se nós Conselho não pararmos e pensarmos nesta atuação estratégica não vamos conseguir avançar; que temos que pensar agora; que está á disposição para outras reuniões com a Adep, para continuarmos avançando; convidou a todos para ler o relatório de gestão na versão eletrônica.-----

Falou sobre a Resolução nº 116, que trata do controle de acesso aos prédios I e II, na capital; que é um importante passo em relação às questões de segurança; convidou a todos para no dia 12 de agosto de 2016 prestigiar a palestra do dr. Gustavo Badaró sobre o tema "audiência de custódia" e no dia 22 de agosto, sobre o tema "a lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência e o CPC 2015", com o dr. Nelson Rosenwald.-----

O conselheiro Fernando Martelleto fez o reconhecimento sobre a importância da Resolução nº 116; que contempla o acesso do defensor às dependências de forma facilitada, via carteira funcional ou pelo cadastramento biométrico; agradeceu o gabinete pelo reconhecimento das prerrogativas do defensor.-----

O conselheiro Marco Túlio falou sobre o cronograma das promoções; mencionou o prazo de 15 dias para impugnação à lista de antiguidade; que este prazo poderia ser encurtado; disse que acha que dá para iniciar e fechar as promoções até o fim do mês.-----

O conselheiro Fernando Martelleto disse que o prazo de impugnação é legal.-----

O conselheiro Wagner leu o art. 28, IV, da LC 65, com prazo de 15 dias.-----

A dra. Christiane disse que se poderia diminuir o prazo de inscrições.

O conselheiro Ricardo disse que além do prazo ser legal, é necessária a operacionalização pela Corregedoria; que uma das questões é a Corregedoria oferecer subsídio para isto; que de lá saem certidões sobre atuação funcional, negativa e nota abonadora; que muitos são os pedidos; que tem a questão do ponto de vista da administrativo, como do candidato para se inscrever.-----

O conselheiro Thiago disse que tudo dependerá do quantitativo de vagas.-----

O conselheiro Wagner disse que tem previsões, mas ainda não dá para concretizar; disse que fechada a simulação de 2016 e tem que

→

5

THIAGO DUTRA VIZ DE SOUZA  
Defensor Público  
MADEP nº 0706

Em

Assinaturas manuscritas



fechar a simulação e sustentação em 2017, o máximo suportável orçamentariamente.-----

O conselheiro Túlio falou sobre os editais de nomeação e remoção.---

A dra. Christiane disse que já está trabalhando com esta última hipótese, mas que não dá para falar o dia certo.-----

O conselheiro Túlio indagou se o cronograma de remoções estaria ligado às nomeações.-----

O conselheiro Thiago disse que não se pode atrelar remoção às nomeações; que o mais breve possível ocorram as nomeações.-----

O conselheiro Wagner disse que a prioridade são as nomeações.-----

O conselheiro Eduardo disse que quanto ao cronograma tem um pouco a ver com o item 4 da pauta, o debate sobre critérios objetivos; que nada tem de contrário quanto ao cronograma proposto; que queria apenas alertar que caso o conselho queira enfrentar a questão dos critérios objetivos para esta promoção, a questão tem que ser enfrentada antes da Resolução com o número de vagas; que depois de publicado o número de vagas a questão fica pessoal; que não é seu intuito retardar o calendário; que acha que ele deve ser mantido; que é um anseio da categoria a fixação de critérios objetivos há anos e fez um histórico da tramitação do procedimento; lembrou que o tema foi objeto da campanha eleitoral de alguns conselheiros.-----

A dra. Christiane disse sobre a sua preocupação objetiva diante do atual cenário; que entende que é anseio de todos; mas entende que as promoções são um anseio muito maior para a classe; que temos que ponderar os interesses da classe; que pautou o tema para início dos debates; que entende que se não realizarmos de forma urgente corremos o risco de não conseguir fazer mais; que já abriu e vai abrir de novo mão do prazo de 15 dias para efetivar as promoções; que a questão dos critérios é algo muito complexo; que é algo que vai valer por muitos anos; que entende o que o Eduardo está colocando, mas não podemos colocar em jogo algo que é tão importante para a classe, como as promoções.-----

O conselheiro Thiago disse que não estará em Belo Horizonte no dia 16 de setembro.-----

Quanto ao item 2, da pauta, a aprovação da lista de antiguidade apurada até 31 de julho de 2016, o conselheiro Galeno disse que restava prejudicado o pedido formulado pelo defensor Victor em razão do acatamento do seu pedido pelo DRH, estando a lista já contemplando o seu pleito, que é devido.-----

Em seguida foi dada a Carla, diretora do DRA, que fez as suas considerações sobre a lista apurada até 31 de julho; falou do marco para encaminhamento das ocorrências de averbações serem admitidas; que o prazo foi de 15 de julho; que tal prazo foi observado e fizeram as considerações sobre os pedidos encaminhados; que

6

THIAGO DUTRA VAZ DE SOUZA  
Defensor Público  
MADEP nº 0706



todas as contagens estão demonstradas na planilha de ocorrências; que não são retirados os afastamentos voluntários.-----  
O conselheiro Fernando Martelleto indagou sobre nova regra de transição para os colegas em vias de se aposentar.-----  
Carla disse que sobre o regime próprio não viu debate ainda; que o que se vê são alterações para o regime geral; que trabalha com o direito adquirido; que todas as mudanças tem observado o direito adquirido.-----  
O conselheiro Galeno indagou se todos os requerimentos foram avaliados e deferidos.-----  
Carla respondeu que sim; que os indeferidos foram comunicados, aqueles que não permitiam aproveitamento.-----  
O conselheiro Wagner disse que o requerimento indeferido por ele perdeu objeto porque o colega enviou a documentação correta, o defensor Victor.-----  
Carla disse que o foi exatamente nos moldes do pedido deferido.-----  
Em seguida, posta a matéria em votação, foi a mesma aprovada à unanimidade. Aprovada à unanimidade a lista de antiguidade apurada até 31 de julho de 2016, na forma como encaminhada pelo DRH via Memo nº 124 de 2016.-----  
Relativamente ao item 3, da pauta, apreciação do relatório de confirmação na carreira do defensor público Adriano Lúcio dos Santos. O conselheiro Galeno disse que diante da urgência avocava a relatoria do mesmo e também pelo fato de já ter convivido com o colega quando de sua entrada primitiva na Instituição.-----  
Efetuado o pregão, ausente o defensor Adriano Lúcio dos Santos, apesar de devidamente intimado.-----  
O conselheiro Wagner disse que a avocação não está prevista no regimento; que poderia ser avaliada a inclusão na reforma do regimento; que a urgência justifica a avocação.-----  
O conselheiro Ricardo fez suas considerações sobre o relatório apresentado pela Corregedoria Geral, que é pela permanência da carreira do defensor, desde que fato superveniente impeditivo não ocorra até a implementação do prazo.-----  
O conselheiro Galeno apresentou o seu relatório pela confirmação na carreira do defensor Adriano Lúcio dos Santos, acrescentando que tal ato devia ter acontecido há muitos anos. Também parabenizou a Corregedoria Geral pela excelência dos trabalhos, especialmente os assessores Luciano Hanna e Ronivaldo.-----  
O conselheiro Thiago votou de acordo com o relator, com a ressalva de que a confirmação se dará a partir do dia 11 de agosto de 2016.—  
O conselheiro Wagner acompanhou o relator e cumprimentou o defensor Adriano Lúcio dos Santos pela luta em todos estes anos.----  
O conselheiro Fernando Martelleto colocou-se de acordo com relator e revisor e cumprimentou o defensor Adriano pelo empenho, pela luta

7

THIAGO DUTRA VAZ DE SOUSA  
Defensor Público  
MADEP nº 0706



peço, qualidade fundamental a quem quer fazer a defesa dos direitos alheios, dos assistidos, se não fizer a defesa do seu próprio direito. Mencionou as defensoras Eden, Vicenza e outras colegas contempladas com decisões judiciais. Parabenizou pela luta, pelo estágio, e os defensores Corregedores.

Os conselheiros Érika, Fernando Orlan e Marco Túlio também colocaram-se de acordo com relator e revisor.

A dra. Christiane cumprimentou a Corregedoria, o colega Adriano, que exerce com facilidade a atuação extrajudicial, que faz cooperação voluntária em outras áreas; que juntamente com o colega Manoel atua voluntariamente em Confins.

Relativamente ao item 4, da pauta, foi dada a palavra ao relator, conselheiro Thiago Dutra, que apresentou o seu relatório e minuta de deliberação, parte integrante dos procedimentos 006/2013 e 024/2014.

Dada a palavra ao revisor, conselheiro Fernando Martelleto - apresentou o seu relatório, parte integrante dos procedimentos acima mencionados.

Foi apresentada sugestão para se estabelecer uma agenda para analisar os procedimentos, em que os conselheiros tenham tempo para refletir sobre a proposta encaminhada pelo relator e trazer no próximo encontro as propostas de alterações e sugestões, com estabelecimento de uma agenda de trabalho para enfrentar o tema.

O conselheiro Thiago disse que o conselho deveria se manifestar se enfrentaria o tema antes das promoções ou não, para pelo menos dar uma resposta ao representante da Adep.

Eduardo Generoso disse que a Adep não se manifesta em relação ao calendário proposto, com o qual estava de acordo.

O conselheiro Wagner falou da urgência que o contexto atual gera; que o tema é complexo, qualitativo e quantitativo; que o seu receio do ponto de vista orçamentário e financeiro é a PEC 241 e o PLP 257.

O conselheiro Ricardo congratulou o conselheiro Thiago pelo trabalho feito; lembrou que quando este Conselho tomou posse pediu a relatoria do procedimento, até por competência da Corregedoria, art. 34, da LC 65; que havia interesse institucional; que o Conselho decidiu pela distribuição; que o trabalho foi muito bem elaborado; que a despeito das ponderações do conselheiro Wagner; que a matéria é delicada; que a matéria tramita desde 2013; que não é problema nosso; que a matéria é extensa; que foi feita consulta à classe em 2013; que de lá para cá nova turma entrou; que para propiciar uma releitura e que outras pessoas se manifestem, defendia a abertura de nova consulta.

O conselheiro Galeno disse que o tema deve ser deliberado ainda este ano, mas para vigorar para as promoções futuras e não para a iminente.





A conselheira Érika parabenizou o trabalho do conselheiro Thiago; disse que olhando a minuta de Deliberação, o que sobra de previsão normativa para o Conselho, muita coisa é tirada da própria legislação; que parece que ainda que seja um tema complexo, o que sobra para o Conselho, ante a impossibilidade de inovar, acha que pode concluir, inclusive, para a promoção atual; que a ocorrência das promoções não seja considerada para a não aprovação da matéria. Acha que tem como aplicar para o próximo certame.-----

O conselheiro Fernando Orlan disse entender que as promoções a vista do processo legislativo, temos que correr com ela; que tudo indica que teremos 2 anos à seca de promoções e aumento de remuneração; que entende que é necessário que se trate qualquer coisa da administração de forma objetiva; que a subjetividade seja a mínima possível; que de fato é matéria que não estudou detidamente, matéria complexa, que exige debate; que a mudança nos critérios poderia levar a pensamento de favorecimento, casuísmo; que temos que nos debruçar sobre os critérios, primeiro ponto; se nos debruçarmos sobre os critérios inviabilizamos a promoção; se sim, vale esta; disse que entende que o tema já vem desde 2013, mas a ele a matéria foi colocada agora; que vota para nos debruçarmos sobre o tema e com reuniões sucessivas; que a prioridade de fato é viabilizar as promoções no número máximo e tempo menor possível.-----

O conselheiro Marco Túlio disse que a maioria dos conselheiros foi eleita com a promessa de viabilizar o tema; que entende que a gente pode fazer; que entende o momento político e econômico; que a discussão sobre a Deliberação não pode inviabilizar a promoção; que as discussões continuem para as próximas; entende que não é casuísmo; que é possível sim discutir; que o debate não inviabilize as promoções; que se mantenha, então, os critérios adotados na última promoção.-----

Eduardo ratificou a sua manifestação anterior pelo enfrentamento do tema já para as próximas promoções e que não propunha a alteração do calendário.-----

O conselheiro Ricardo alertou para o ponto de vista prático, de logística, se terá condições de receber estes dados, processar, compilar e trazer ao Conselho; se haverá tempo; o tempo é curto.----

Por maioria, as promoções próximas, ocorrerão com base nos critérios existentes, critérios mais objetivos possíveis.-----

A dra. Christiane disse decisão diferente alteraria estudo da Corregedoria no momento que o calendário está pronto; que não teríamos tempo hábil; que vai alterar para muita gente.-----

O conselheiro Ricardo defendeu nova consulta à classe.-----

O conselheiro Thiago disse achar que não deve ter nova consulta a classe, que devemos prosseguir.-----

9  
  
THIAGO DUTRA VAZ DE SOUZA  
Defensor Público  
MADEP nº 0706

O conselheiro Fernando Orlan acha que se deve ouvir ainda que por curto período.-----

O conselheiro Wagner falou da importância de regulamentação, que é evidente; que concorda com a consulta; que são assuntos que dizem respeito a todos; que se não leva à consulta, acaba perdendo a legitimidade; sugeriu que que compilássemos, extraíssemos uma minuta e a submeteríamos aos colegas; que poderia se fazer um alinhamento interno antes de submetermos à classe.-----

A sugestão do conselheiro Galeno é no sentido do prosseguimento dos trabalhos, cujo resultado final seria apresentado à classe, com a realização de uma sessão extraordinária de 15 em 15 dias para tratar do tema. -----

A próxima sessão do Conselho Superior será no dia 29 de agosto de 2016, em Governador Valadares, cujas tratativas finais foram feitas, principalmente em questão de logística.-----

O conselheiro Ricardo pediu a digitalização dos procedimentos antes do envio aos conselheiros.-----

A dra. Christiane pediu para o secretário fazer uma relação dos procedimentos com cada conselheiro e em curso no Conselho, bem como quais as comissões estão em andamento. Disse que a comissão interna de revisão da Deliberação nº 011/09 trata pontualmente os pedidos; que para uma revisão geral é preciso muita reflexão.-----

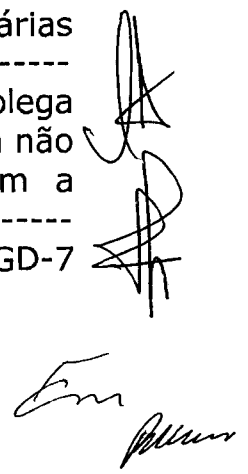
O conselheiro Ricardo disse que, sobre o tema, defesa de prerrogativas, recebeu um caso na Corregedoria, sobre a ameaça de uma advogada contra uma defensora; que recebeu dois colegas de Contagem relatando um fato, em razão da atividade funcional; sugeriu que na próxima sessão nos debruçássemos sobre isto: a escolha dos nomes dos integrantes da comissão de defesa das prerrogativas dos defensores públicos, o que foi aceito por todos.-----

O conselheiro Marco Túlio pediu explicações sobre o auxílio alimentação, se o 13º já está garantido e mencionou sobre a dispensa dos colegas para irem a Brasília ajudar nas tratativas da pauta legislativa.-----

A dra. Christiane disse que está retomando os trabalhos; que a expectativa é de que a aprovação do auxílio alimentação ocorra o mais rápido possível; que sim, o 13º de 2016 está garantido; que pode criar uma regra de afastamento como nas questões estratégicas, porém, não tem como arcar com despesas e diárias para o deslocamento a Brasília.-----

O conselheiro Thiago mencionou sobre a situação do colega Adalberto, de Curvelo, que seria coordenador regional e o único a não ser gratificação, e que ele está se sentindo injustiçado com a situação.-----

O conselheiro Wagner disse que o motivo é porque não há FGD-7 disponível; que para alterar o quantitativo depende de lei.





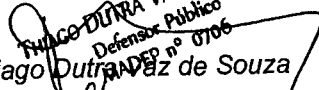
Em seguida, passou-se ao enfrentamento do pedido do defensor Fabiano Bastos, sobre as câmaras de estudos.-----  
O conselheiro Fernando Martelleto fez a exposição do assunto, a permuta dos defensores Fabiano e Horácio.-----  
Ficou estabelecido sobre a impossibilidade da permuta e que a escolha do novo coordenador da câmara de estudos criminais será feita oportunamente.-----  
O representante da Adep, Eduardo Generoso, levantou a questão da reunião realizada com a OAB sobre o pagamento dos dativos.-----  
A dra. Christiane disse que a OAB estava pleiteando o pagamento dos dativos pelo poder executivo e que foi firme no modelo convencional, nos moldes de São Paulo; que solicitou ao governo que a Defensoria faça parte de qualquer questão envolvendo os dativos; disse que deixou claro que o trabalho do dativo é suplementar.-----  
O conselheiro Fernando Martelleto indicou o defensor Luiz Barroso para a coordenação da câmara de estudos criminais em substituição ao defensor Fabiano Torres. -----  
O conselheiro Ricardo sugeriu que se fizesse uma consulta aos componentes da câmara.-----  
Ficou definido que o Conselho fará uma consulta aos membros da câmara de estudos criminais para ver quem tem interesse, e o Conselho decide depois, na próxima sessão.-----  
Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão às 14:50 h., lavrando-se a presente ata, que segue assinada pelos senhores conselheiros. Belo Horizonte, 05 de agosto de 2016.

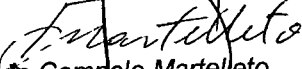
  
Christiane Neves Procópio Malard

  
Wagner Geraldo Ramalho Lima


  
Ricardo Sales Cordova

Galeno Gomes Siqueira

  
Thiago Dutra Vaz de Souza  
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
Defensor Público  
Matr. nº 0706

  
Fernando Campelo Martelleto

  
Érika de Almeida Gomes

  
Fernando Orjan Pires de Resende

  
Marco Túlio Frutuoso Xavier

  
Eduardo C. Generoso